



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 322.341/2024

CONVÊNIO N. 2024/081.0

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E O CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA LTDA. - CESB, INSTITUIÇÃO MANTENEDORA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA - IESB, OBJETIVANDO A CONCESSÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR A ESTUDANTES DE SEUS CURSOS DE GRADUAÇÃO.

Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, neste ato representada por seu Diretor Administrativo, o senhor MAURO LIMEIRA MENA BARRETO, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília - DF, doravante denominada simplesmente CÂMARA, e o CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA LTDA - CESB, sediado na SGAN 609, Módulo D, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o n. 00.422.333/0001-09, doravante denominado simplesmente INSTITUIÇÃO, neste ato representado pelo seu Diretor Administrativo Financeiro, o senhor AMILTON RODRIGUES DA COSTA, brasileiro, resolvem celebrar o presente Convênio, tendo em vista o disposto na Lei n. 11.788, de 25/9/08, no Ato da Mesa n. 217, de 30/11/21 da Câmara dos Deputados, e no que couber, na Lei n. 14.133, de 01/04/21, e alterações posteriores, bem como no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 206, de 14/10/21, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Este convênio formaliza, ainda, a denúncia do Convênio n. 2008/201.19, firmado com a mesma INSTITUIÇÃO, nos termos da cláusula décima quarta daquele instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este convênio tem por objeto proporcionar estágios curriculares, nas diversas áreas da CÂMARA, a estudantes regularmente matriculados e com



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO

O estagiário cumprirá jornada de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo primeiro – A CÂMARA deverá oferecer condições para que os estagiários possam cumprir suas obrigações, sem prejuízo das atividades acadêmicas.

Parágrafo segundo – A duração do estágio é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, conforme estabelecido no §1º do art. 15 do Ato da Mesa nº 217/2021.

Parágrafo terceiro – É assegurado ao estagiário, cujo estágio tenha duração igual a 1 (um) ano, recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado em até 2 períodos estabelecidos previamente pela Administração preferencialmente durante suas férias escolares ou o recesso parlamentar.

Parágrafo quarto – Os dias do recesso serão concedidos de maneira proporcional, nos casos em que o estágio tiver duração inferior ao prazo acordado no termo de compromisso ou no termo aditivo, caso haja prorrogação.

Parágrafo quinto – Durante o período de recesso, o estagiário fará jus ao recebimento da bolsa de estágio, mas não perceberá auxílio-transporte ou qualquer valor adicional à bolsa de estágio.

Parágrafo sexto – No desligamento de estagiário antes de completada a duração de um ano, serão descontados da bolsa de estágio os dias de recesso remunerado usufruídos que ultrapassem os dias proporcionais a que se tenha direito.

Parágrafo sétimo – A carga horária de estágio será reduzida em 1 (uma) hora nos períodos de verificações de aprendizagem, mediante requerimento a ser apresentado em, no máximo, 7 (sete) dias antes do início das provas, instruído com o calendário oficial da instituição de ensino.

CLÁUSULA QUINTA – DA BOLSA DE ESTÁGIO

O estagiário fará jus a uma remuneração mensal, a título de bolsa, no valor de R\$1.120,00 (mil, cento e vinte reais), conforme especificado no Termo de Compromisso próprio, correndo o pagamento da bolsa às expensas da CÂMARA.

Parágrafo primeiro – O estagiário que for servidor público não fará jus a referida bolsa.

Parágrafo segundo – Considerará, para efeito de cálculo da bolsa, a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias da falta não justificada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- b) por abandono, caracterizado por ausência não justificada por 3 (três) dias consecutivos ou 5 (cinco) intercalados, no período de um mês;
- c) por conclusão ou interrupção de curso na instituição de ensino;
- d) a pedido;
- e) por interesse e conveniência da Administração;
- f) ante o descumprimento, pelo estagiário, de qualquer cláusula do Termo de Compromisso de Estágio;
- g) em virtude de conduta incompatível com a exigida pela Administração;
- h) por afastamento, por motivo de saúde própria, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou intercalados, no período de 60 (sessenta) dias, não autorizado previamente.

Parágrafo primeiro – Nos casos de conclusão do curso, o estudante deverá ser desligado até, no máximo 5 (cinco) dias úteis após a data de término do semestre letivo de sua instituição de ensino.

Parágrafo segundo – Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h”, a CÂMARA comunicará o fato à INSTITUIÇÃO no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo terceiro – A INSTITUIÇÃO deverá comunicar à CÂMARA, por escrito, o desligamento do aluno, qualquer que seja o motivo, bem como a conclusão ou a interrupção do curso.

Parágrafo quarto – É obrigatória a comunicação, pela INSTITUIÇÃO e o próprio estagiário, a data do término do curso com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

Parágrafo quinto – A INSTITUIÇÃO substituirá o estagiário cujo desligamento tenha sido solicitado pela CÂMARA, devendo a indicação e seleção do novo estudante ocorrer na forma prevista na Cláusula Segunda deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO

A INSTITUIÇÃO fica obrigada a apresentar à CÂMARA, sempre que expire o prazo de validade, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).




CÂMARA DOS DEPUTADOS

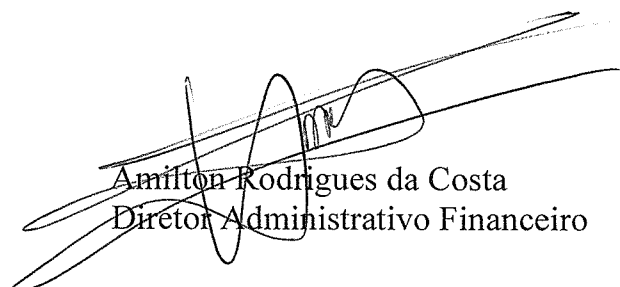
E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, 04 de julho de 2024.

Pela CÂMARA:

Pela INSTITUIÇÃO:


Mauro Limeira Mena Barreto
Diretor Administrativo


Amilton Rodrigues da Costa
Diretor Administrativo Financeiro

CCONT/cr